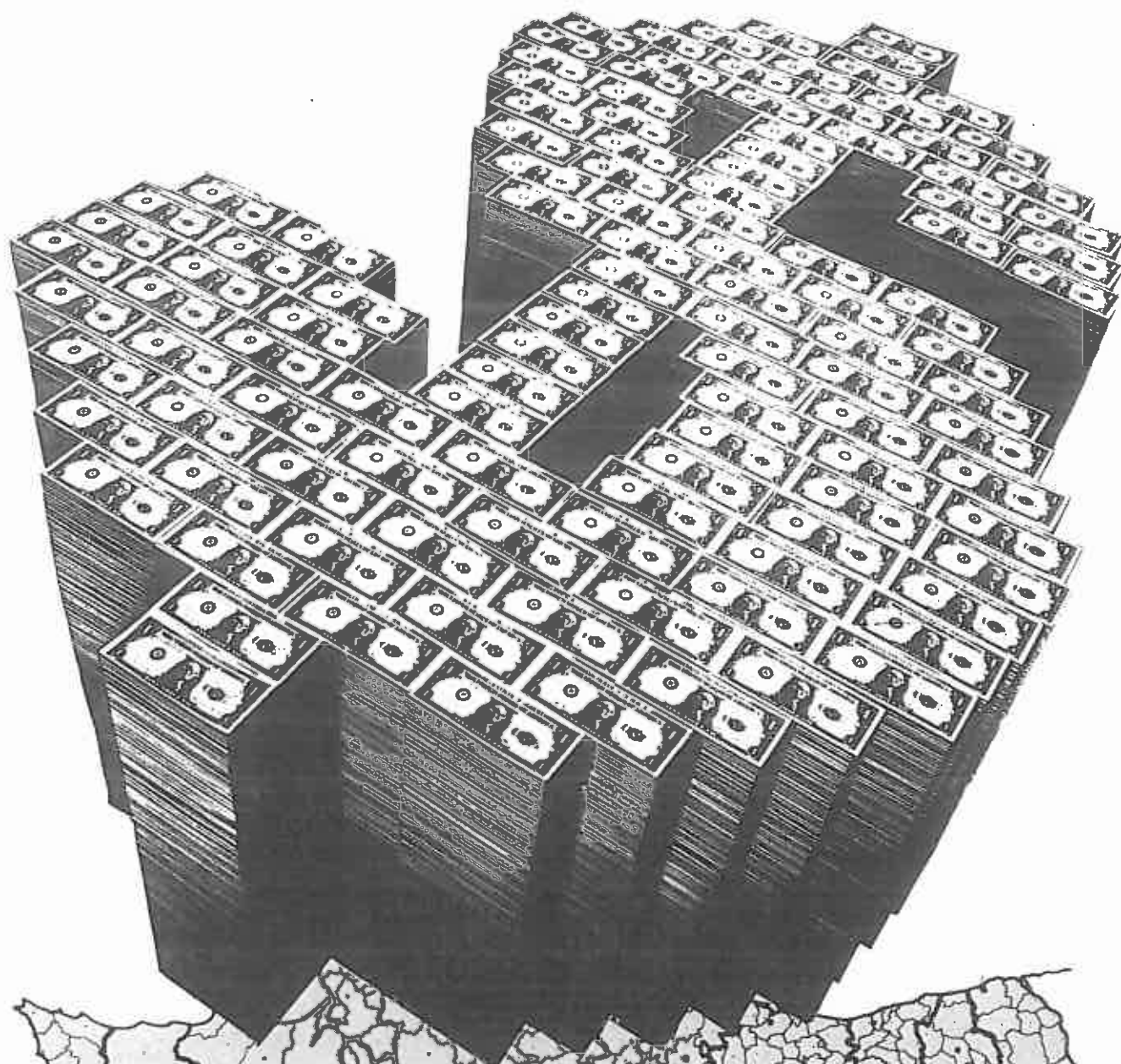


Julho/Agosto 1985 • Preço: 120\$00

A SITUAÇÃO
MONETÁRIA-
FINANCEIRA

Economia

questões económicas e sociais



O NEOCOLONIALISMO
CREDOR

NOTAS SOBRE A INFLAÇÃO

Carlos Pimenta*

● É insuficiente limitarmo-nos a identificar a inflação com um aumento de preços.

Da correcta caracterização da inflação resultam entre outros, os seguintes aspectos:

— A inflação tem que ver com economia mundial e com a economia de cada país e estes dois pólos da sua explicação não são o produto de uma justaposição de dois termos mais ou menos autónomos, mas a expressão de uma relação indissolúvel em que qualquer deles, enquanto realidades capitalistas, não têm existência sem o outro. Essa relação nacional/internacional faz-se pela articulação entre acumulação e monopolização em cada país e no mundo capitalista, articulação hierarquizada em que a nossa economia é inevitavelmente denominada. Faz-se igualmente, e não de forma menos essencial, pela inserção do sistema monetário interno no internacional, a qual tem a sua expressão mais imediata e visível na taxa de câmbio, mas que tem uma natureza mais profunda: articulações do crédito interno e internacional, local da maior probabilidade de ruptura na reprodução do equivalente geral (de não convertibilidade entre diversos tipos de moeda ou da impossibilidade temporária de esta

preencher algumas das suas funções), funções e estruturação do sistema bancário, etc.

— A sua natureza profunda encontra-se no hiato entre a dinâmica do valor (com tendência a diminuir) e dos preços e salários. O facto do cerne da inflação se encontrar aqui, embora só captemos os preços e salários, chama a atenção para o facto de que não é um fenómeno accidental ou superficial. Antes pelo contrário, é a expressão do funcionamento estrutural da economia capitalista numa sua fase histórica e impossível de ser liquidada sem que esta termine. Só a transição ao socialismo é a construção deste é capaz de acabar com a inflação, embora possa durante bastante tempo ainda sofrer, de forma secundária e indirecta, o impacto da sua existência nos países capitalistas com os quais se tenham relações económicas. A inflação exige sempre medidas de política económica directamente dirigidas à sua resolução.

— No ponto anterior falamos de uma forma global em preços e salários. Com efeito, os salários também são um preço e, embora apresentem um conjunto de especificidades, encontram-se indissolúvelmente ligados aos restantes preços. Indissolubilidade que é expressão do funcionamento da lei do valor.

— Exprime-se fenomenologicamente no aumento de preços e salários e aquele é crónico, diferenciado e geral. O ser diferencia-



do, (inerente aos movimentos de preços, mesmo antes da inflação existir, e que tomou novas formas) surge como o factor de sistemática modificação dos «equilíbrios» existentes, de conflito social, da redistribuição dos rendimentos. Este facto exigirá particular atenção quando se analisam problemas como os da indexação ou quando se caminha para políticas de intervenção directa sobre os preços. Quando falamos em aumento geral queremos significar aumento de preços dos produtos essenciais à reprodução da força de trabalho e à vida das populações, dos produtos, e serviços, verificados no mercado consumidor, assim como aumento de salários dos trabalhadores e serviços.

A natureza geral do aumento reflecte a natureza contraditória do capitalismo e o peso dos monopólios nos circuitos de produção, distribuição e circulação.

Breve explicação da inflação

De uma forma muito genérica podemos dizer que a inflação é o resultado da acumulação capitalista que tem como centro nerválgico o processo de concentração e centralização e que conseguiu impor alterações

nos sistemas monetário e de crédito que permitem uma substituição da validação social das mercadorias pela antevalidação social das mesmas, isto é, por uma «validação» provisória determinada pelas condições futuras de produção de valor e que conduz, no caso de ruptura na passagem de capital-mercadoria e capital-dinheiro, a uma perda de valor, não nas mercadorias, não na moeda comercial, não na moeda bancária mas sim na nacional, o processo de acumulação é o factor impulsionador da inflação e as alterações do sistema monetário, que tem como «núcleo duro» a articulação entre os sistemas monetário e de crédito, são o factor permissivo. Este é sempre o resultado de um longo processo histórico, a expressão ao nível da moeda e do crédito das exigências da acumulação. Por outras palavras, o factor permissivo é sempre uma consequência do factor impulsionador, mas esta realidade, para o conjunto da economia capitalista, pode não ter a mesma expressão cronológica num país, sobretudo se for muito aberto ao exterior e dependente, como é o nosso caso. A articulação entre a moeda nacional e internacional faz com que o sistema monetário interno se molde às exigências da acumulação capitalista dos centros do imperialismo, podendo, diria-

* Economista. Assistente da F.E.P.

mos mesmo, exigindo, essas transformações antecederem e até estimularem, as exigências da acumulação ao nível do País.

Os monopólios têm, sem dúvida nenhuma, um papel fundamental no processo inflacionista, mas seria profundamente erróneo relacionar tal facto com a vulgar noção de «preço de monopólio» (que, curiosamente, é utilizada frequentemente para caracterizar o próprio monopólio, caindo-se num círculo vicioso no plano lógico).

O que caracteriza o monopólio é ser um resultado do movimento do capital, da concentração e centralização, abrangendo as esferas da produção, distribuição e circulação com o entrelaçamento do capital bancário com o capital industrial, existindo uma unidade de gestão das diversas parcelas integradoras do capital monopolista. O seu aspecto nevrálgico é garantir, por razões internas e externas, um assinalável domínio sobre as condições envolventes ao exercício de actividade em cada unidade situada na produção ou na circulação.

Os impactos dos monopólios sobre a economia são múltiplos, sendo de destacar os seguintes:

— Uma influência relativa directa sobre a fixação dos preços a montante e a jusante que lhe permite uma redistribuição da mais-valia. Tal não permite, de forma alguma, falar em «preços de monopólio». Esse domínio de cada um dos monopolistas entra em confronto com igual domínio dos restantes, choca com o crescente estreitamento do sector não monopolista e com o limite da massa global da mais-valia está condicionado pelo funcionamento das leis de formação dos preços de produção. Estas mostram que os lucros dos monopólios estão estreitamente relacionados com as barreiras de entrada no sector. A maior dimensão destes sectores monopolizados permitem um retardar da concorrência entre sectores, mas não corresponde à sua eliminação: a concorrência monopolista continua a existir, alguns factores, como a expansão do crédito, aumentam a mobilidade do capital, e a reprodução das barreiras de entrada geram efeitos perversos — diminuem a taxa de lucro mesmo sem a entrada de novas empresas.

— O desenvolvimento do capitalismo monopolista faz com que os monopólios se encontrem confrontados com três factores

conducentes à diminuição da sua taxa de lucro: i) tendência ao crescimento da taxa de lucro global da sociedade, expressão das leis da acumulação; ii) estreitamento do sector não monopolista; iii) aumento da luta de classes em resultado da concentração operária com correspondente reforço da organização sindical, a qual se processa pela intensificação das antigas formas de acção reivindicativa dos assalariados e pelo surgir de outras, expressão simultânea do reforço sindical e político, das novas formas de organização do trabalho e do estreito relacionamento entre os monopólios e o Estado. Os monopólios procuram combater esses entraves à sua maximização da taxa de lucro por três vias, com importâncias diferentes: i) accionando as contratendências ao decréscimo da taxa de lucro, procurando, entre elas, embora nem sempre a mais importante, impor sistematicamente preços mais elevados — o que, devido à concorrência, conduz a efeitos frequentemente divergentes entre o que se passa em cada empresa e o conjunto da economia — chocando com as limitações da manipulação directa dos preços a que já fizemos referência; ii) colocando o Estado a intervir mais intensamente no económico, inserindo-se directamente no processo produtivo, reforçando a política económica e a intervenção sobre o sistema monetário, tendo em vista a maior transferência de mais-valia para o sector monopolista; iii) procurando impor determinados padrões de consumo que (incluindo o desperdício) façam reverter o aumento de salários para o aumento das vendas, mas tal é bastante limitado.

— Uma influência decisiva sobre os sistemas monetário e financeiro que se processa por múltiplas vias: i) pela natureza do crédito, isto é, pela sua ligação ao processo produtivo, pelo relacionamento com a acumulação capitalista, por um lado, e pela dimensão privada dos seus circuitos: ii) pelo capital financeiro; iii) pelo relacionamento entre mo-

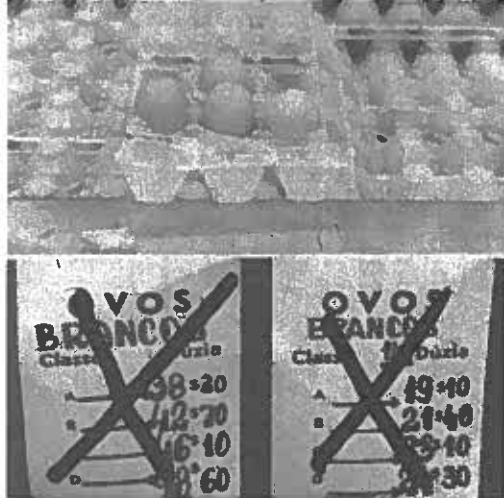


polílios e o Estado e sobre determinação política da moeda. Esta influência sobre o sistema monetário e financeiro está condicionada mas, embora limitada, esta via de acção dos monopólios sobre os preços — pela ligação do sistema monetário às futuras condições de produção e não às verificadas no passado — surge como a de maior plasticidade e sistematicidade e em plena concordância com o desenvolvimento das leis objectivas do sistema capitalista.

Nada diremos de específico sobre o factor permissivo a não ser que se tem de ter permanentemente presente que o que está em causa são as relações sociais de produção, nomeadamente na articulação moeda/crédito, e não alterações quantitativas. Estas, mesmo quando existem, são expressões de situações qualitativas que têm que ver com o funcionamento global da economia.

Uma nota final. Estes aspectos são integralmente aplicáveis à inflação em Portugal e tem muito a ver com a natureza e herança do fascismo, com a tibieza de muitas intervenções económicas, durante a fase inicial de ascenso de revolução, com a política de recuperação capitalista que desde 1976 se tem





praticado, tendo um eixo fundamental na dependência portuguesa em relação às metrópoles imperialistas.

Medidas de política económica

Quais as medidas de política económica que resultam do anteriormente afirmado? Podemos situar a resposta a esta pergunta em dois níveis. Medidas para acabar com a inflação e actuações conducentes à sua atenuação.

Quanto às primeiras serão partes integrantes de uma política de transição ao socialismo:

a) *Socialização dos principais meios de produção, funcionando os sectores e empresas com uma lógica radicalmente diferente, o mesmo acontecendo com a totalidade do económico onde deixa de funcionar a lei da mais-valia;*

b) *Modificação da inserção da economia portuguesa na economia mundial, aparecendo como aspectos imediatos fundamentais uma ruptura — cuja profundidade só a situação concreta poderá definir — com o FMI e a CEE, a diversidade das relações externas e a não subordinação aos ditames do imperialismo;*

c) *Política de preços como a parte duma planificação global, sectorial e regional da economia portuguesa;*

d) *Controlo popular organizado sobre a dinâmica dos preços e salários, parte integrante da iniciativa criadora das classes trabalhadoras;*

e) *Reorganização do sistema bancário (totalmente nacionalizado) e integração do funcionamento do Banco de Portugal na planificação global da economia.*

Estas medidas, que têm que ser conjuntas e articuladas, exigem um Estado dos trabalhadores.

Para atenuar a inflação, podendo fazer parte de uma etapa da luta pelo seu fim definitivo, surgem como particularmente importantes as seguintes medidas genéricas:

a) *Limitação do campo de acção e existência dos monopólios «nacionais» e «estrangeiros», sendo fundamental impedir o seu controlo de toda e qualquer parcela do sector bancário, o que significa que, lutar contra a abertura do sector bancário ao capital privado, lutar pela defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, são partes integrantes da luta contra a inflação;*

b) *Promover medidas conducentes ao saneamento financeiro da economia portuguesa;*

c) *Diminuir a nossa dependência externa e, completamente, promover uma nova política monetário-financeira, em que surjam como pontos nevrálgicos a renegociação da dívida externa, a estabilização cambial e o controlo do comércio externo por um Estado identificado com os interesses vitais do nosso povo.*

Estas actuações, também conjuntas e articuladas, exigem uma nova política.

Além destas medidas de fundo muitas outras pontuais podem ser instauradas, mas estas só serão duradouramente proíficas se forem concretizações do anteriormente referido.